

## **PARTEIRAS DE PERNAMBUCO: TRADIÇÃO E MEMÓRIA <sup>1</sup>**

**Maria do Socorro Araújo\***  
**Janirza C. da Rocha Lima\*\***

### **Introdução**

Parteiras Tradicionais – que não passaram por uma educação formal para assistirem partos, aprenderam na prática, muitas vezes atendendo a casos emergenciais, utilizando um *entendimento dado por Deus*, e que ainda conservam algumas práticas e conhecimentos herdados de gerações mais antigas. São personagens importantes na cultura popular brasileira, que continuam a desempenhar um papel essencial em muitas comunidades, principalmente nas localizadas em lugares de difícil acesso, mais isoladas, culturalmente mais tradicionais, onde, como lembra Anthony Giddens, *o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações* (GIDDENS, 1991, p. 44). Por-

tanto, valorizar e apoiar essa tradição que se dá no repasse oral (transmitido de modo informal, não planejado, resultante de fato inesperado) de mãe para filha, de avó para neta, de madrinha para afilhada, significa resgatar as raízes, a tradição – vista como, ainda lembrando Giddens,

*um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade; uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes, por sua vez, estruturados por práticas sociais recorrentes* (GIDDENS, 1991, p. 44).

O termo *tradicional* não tem o significado de algo imutável, inteiramente estático, pre-

\* Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco e doutoranda da UFPE

\*\* Doutora em Antropologia e pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco

so a um eterno ciclo de repetição do passado. Ao contrário, exatamente por dizer respeito às práticas e aos valores de um grupo social, a tradição se mantém viva e em constante processo de criação e recriação, *porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes* (GIDDENS, 1991, idem). Ao analisar o papel da tradição na modernidade, quando a reflexividade assume um caráter diferente, esse autor destaca que

*a rotinização da vida cotidiana não tem nenhuma conexão intrínseca com o passado, exceto na medida em que o que "foi feito antes" por acaso coincide com o que pode ser defendido de uma maneira proba à luz do conhecimento renovado. Não se sanciona uma prática por ela ser tradicional; a tradição pode ser justificada, mas apenas à luz do conhecimento, o qual, por sua vez, não é autenticado pela tradição. Combinado com a inércia do hábito, isto significa que, mesmo na mais modernizada das sociedades, a tradição continua a desempenhar um papel* (GIDDENS, 1991, p. 45).

É, portanto, no contexto dessa compreensão do significado da *tradição* que as parteiras são classificadas como *tradicionais* e são as suas falas interpretadas. Muito embora a grande maioria delas se tenha tornado parteira *por acaso*, quase todas elas, após realizarem o primeiro parto, em geral ocorrido de forma contingencial, imprevista, inesperada (*naquele tempo, moça não podia acompanhar parto*, disse uma das entrevistadas), receberam ensinamentos de alguém com experiência no ofício de partejar: uma avó, uma mãe, uma madrinha.

Embora o primeiro parto tenha sido sempre relatado como um fato ocasional, para atender a uma emergência, essas mulheres, mesmo quando ainda muito jovens, tinham alguma noção sobre o ato de partejar. O fato de morarem em comunidades pequenas e habitarem em casas simples – sem condições de preservar a intimidade das pessoas e onde era fácil acompanhar os fatos e as conversas

que aconteciam por trás das paredes – propiciava, principalmente às crianças e aos adolescentes mais curiosos, a oportunidade de obterem conhecimentos considerados ainda impróprios para a idade. Assim, na rotina do dia a dia as vivências eram passadas de uma geração para outra.

Ser bem sucedida na realização do primeiro parto, em geral atribuído à *bondade divina*, e mostrar-se corajosa e disposta a realizar outros, em *cumprimento de uma missão determinada por Deus* constituem, segundo as próprias entrevistadas, os principais requisitos para tornar-se uma parteira.

Não existem registros consistentes a respeito do número de parteiras tradicionais atuantes no Brasil, uma vez que o cadastramento das parteiras, por Município e Estado, é insuficiente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p. 40). Nem as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde nem o próprio Ministério da Saúde dispõem de dados sobre o número de partos domiciliares assistidos por parteiras (JUCÁ e MOULIN, 2002). Sabe-se apenas, segundo uma Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde realizada em 1996, que os partos domiciliares nas áreas rurais do país chegam a atingir o percentual de 20%, percentual que sobe para 40% quando se trata de áreas rurais das regiões Norte e Nordeste<sup>2</sup>. No entanto, dados divulgados para o ano de 2005, do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), da Gerência de Atenção à Saúde da Mulher (SEPE), dão conta de que esses percentuais se reduziram de forma bastante acentuada.

Cuidando da saúde da mulher e da criança, na assistência ao parto, essas mulheres constituíam uma categoria social de expressiva representatividade em épocas passadas de nossa história. Mas, com a profissionalização e o discurso normativo e regulador da medicina científica, intensificou-se a luta para desqualificar os populares que se dedicavam à saúde da população, mediante a construção de uma representação que os colocava como enganadores e trapaceiros,<sup>3</sup> num contexto de disputa por mercado de trabalho e

Parteiras de Pernambuco: tradição e memória

Maria do Socorro Araújo & Janirza Cavalcante da Rocha Lima

de estabelecimento de regras de conduta para a atividade, e mesmo com as novas formas de ver o corpo, entender e aceitar a dor.

Nesse campo de disputa desfavorável, as parteiras foram perdendo seu espaço social. No entanto, como já foi dito antes, em muitos locais mais afastados dos centros urbanos, as parteiras continuam sendo a única opção de atendimento ao parto e chegam, algumas vezes, a ser vistas ainda sob uma ótica mística, como pessoas escolhidas por Deus, elas mesmas encarando o seu trabalho como uma *missão*. Outras vezes, a visão que se tem delas é uma visão preconceituosa, principalmente de boa parte dos profissionais da saúde, que as consideram simplesmente *curiosas, ignorantes*, e cujas práticas constituem riscos à saúde da mulher. Exemplo disso foi o fato ocorrido em 2006, quando o Conselho Regional de Medicina da Paraíba proibiu que as parteiras do Estado participassem do programa de capacitação promovido pelo Ministério da Saúde. Foi necessária a interferência do Ministério Público para garantir a realização de cursos de capacitação para as parteiras.

Já há algum tempo, as parteiras vêm desenvolvendo uma ampla luta pelo reconhecimento dos seus direitos. Em 1995, o governo do Amapá criou o Programa Estadual de Parteiras Tradicionais, do qual constam ações como: cadastramento, levantamento da situação e modos de agir das parteiras, capacitação, doação e reposição de materiais básicos para a realização do trabalho de parto, pagamento de meio salário mínimo mensal às parteiras. As estatísticas desse Estado o apontam como sendo o campeão de partos normais no Brasil (88%), sem registros de mortalidade materna<sup>4</sup>. Nessa mesma linha de raciocínio, desde o ano 2000 o Ministério da Saúde vem desenvolvendo o programa *Trabalhando com Parteiras Tradicionais*. O Programa constitui uma das ações do Ministério que tem em vista diminuir os altos índices de mortalidade materna e perinatal registrados no país. Seu principal objetivo é melhorar a atenção à gestação, ao parto, ao abortamen-

to, ao puerpério e ao recém-nascido, incluindo, nesse contexto, a melhoria da assistência ao parto domiciliar realizado pelas parteiras tradicionais.

O Programa torna-se, assim, um espaço privilegiado para a observação das relações entre diferentes saberes e formas de poder em nossa sociedade, ao gerarem uma discussão por demais oportuna em razão da existência do projeto de lei já mencionado, em tramitação no Congresso,<sup>5</sup> que propõe o reconhecimento do trabalho das parteiras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo os dados levantados na Secretaria Estadual de Saúde (SES), existem em Pernambuco 925 parteiras tradicionais cadastradas, das quais 824 atuam na área rural. Esses números foram coletados durante as capacitações das parteiras, feitas pela Secretaria e com base em informações repassadas pelos Municípios ao Estado. Porém, sabe-se que vários municípios não respondem à solicitação do governo estadual e outros não atualizam os seus cadastros de modo a tornar esses números mais distantes da realidade do Estado. Por outro lado, verificou-se também que nesses cadastros há mulheres que não são parteiras, pois nunca “pegaram menino”, mas que participaram dos cursos de capacitação e estão incluídas no sistema como tal. Esses dados estão sendo revistos pela responsável, pelo Programa Estadual de Parteiras Tradicionais (PEPT), sendo corrigidos os nomes repetidos e excluídas as parteiras que atuam apenas em hospitais.

Em levantamento feito em 2006 sobre o número de partos no Estado de Pernambuco, a SES constatou que 119.495 nascimentos ocorreram nas 258 unidades das 11 Gerências Regionais de Saúde (Geres) de Pernambuco, tendo o Sistema Único de Saúde (SUS) notificado 1.287 nascimentos domiciliares, o que representa menos de 1,1% do total de partos realizados. Confrontando esse número pouco expressivo de partos domiciliares com a quantidade de parteiras registradas pela Secretaria, pode-se dedu-

zir que as parteiras se encontram atuando de forma menos constante, o que é confirmado pelas entrevistas realizadas com elas, principalmente as residentes na Região Metropolitana do Recife e na Mata Sul de Pernambuco. Algumas são mais atuantes, mas a maioria vive à espera de chamados que chegam cada vez mais raramente. Os registros de partos domiciliares mais recentes apresentam-se em número bastante reduzido. De 1996 a 2005, o número total de partos, no conjunto dos municípios da amostra, aumentou 23%; o número de partos cesarianos, nesse mesmo período, aumentou 88%; e o percentual de aumento dos partos vaginais foi negativo: - 1,5%.

Os dados estatísticos ratificam os depoimentos das parteiras entrevistadas, quando questionadas a respeito do número de partos domiciliares por elas realizados: 24,1% delas disseram que o último parto fora realizado no intervalo de mais de 1 a 3 anos, e apenas 35,1% das entrevistadas haviam partejado há menos de 1 ano.

Solicitadas a opinarem sobre a redução dos partos domiciliares, as opiniões das entrevistadas convergem para: a) a interiorização dos serviços de saúde; b) a redução dos índices de natalidade; c) o comodismo das parturientes. Com a instalação dos Postos de Saúde da Família (PSF) nas comunidades, as gestantes são estimuladas pelos agentes de saúde e pelas próprias parteiras a fazerem o acompanhamento pré-natal. Durante esse acompanhamento, os agentes de saúde costumam convencer as gestantes a procurarem a maternidade na ocasião do parto, chegando, às vezes, segundo o relato de algumas das entrevistadas, a amedrontá-las dizendo que, se tentarem dar à luz em casa e houver alguma complicação, elas não serão recebidas nas maternidades. Em outros casos, mesmo fazendo o acompanhamento pré-natal, as parturientes optam pelo parto domiciliar devido à *confiança* que têm na parteira que as acompanha.

*Tem aqui umas mulheres que eu acompanho e exijo que elas façam o pré-na-*

*tal, mas que na hora de ter a criança me procuram porque têm confiança em mim.*

*Tem mulher que não quer ir para a maternidade de jeito nenhum. Elas acham melhor aqui, em casa porque na maternidade tem muitos médicos e enfermeiras mesmo muito ignorantes; elas sofrem muito assim. Não é todos não, mas tem médicos, e algumas parteiras também, que gritam mesmo; tem enfermeira que gritam com elas... mas a mulher tem o direito de gritar; comigo mesmo elas gritam, elas sambam, faz o que quiser, só não pode pular do lugar. Eu deixo elas bem à vontade. Tem parteira no hospital que reclama até porque ela faz cocô. Por isso muitas dizem pra mim: “não, comadre, não quero, não quero, vou ter aqui mesmo com a senhora.”*

Giddens, ao analisar os mecanismos de confiança e a modernidade, faz a distinção entre a *confiança em sistemas* (sistemas peritos, abstratos, no caso o sistema oficial de saúde) e a *confiança em pessoas* (no caso em questão, as parteiras). Diz ele que

*a confiança em sistemas assume a forma de “compromissos sem rosto”, nos quais é mantida a fé no funcionamento do conhecimento em relação ao qual a pessoa leiga é amplamente ignorante, enquanto que a confiança em pessoas envolve “compromissos com rosto”, nos quais são solicitados indicadores da integridade de outros (GIDDENS, 1991, p. 91).*

Já outros depoimentos apontam em sentido contrário e denotam a *confiança no sistema* (*perito*) de saúde, a exemplo do que segue:

*Estou pegando pouco, porque as mulheres não querem mais descansar em casa; querem ir para a rua. Nós aconselhamos mas a senhora sabe, as mulheres novas de hoje em dia, elas têm um engano com elas, uma vaidade, que acham que as mulheres dos engenho não dão mais certo pra elas, e aí vão pra rua. Hoje está resumindo eu noto por causa desse negócio PSF essas enfermeiras que são todas contra a fazer Parto em casa (...)*  
*Hoje essa adolescência está engravidando, não quer parir; quer logo fazer cesari-*

Parteiras de Pernambuco: tradição e memória

Maria do Socorro Araújo & Janirza Cavalcante da Rocha Lima

*ana e esse pessoal do PSF fica aconselhando pra ir pro hospital, ficam dizendo cuidado pra não entrar numa fria.*

Algumas entrevistadas explicam a diminuição dos partos domiciliares como o resultado do controle e a conseqüente redução dos índices de natalidade:

*As mulheres de hoje estão tendo menos filho, porque hoje não se vê mais mulher com cinco filhos, como se via antes. Eu acho até um absurdo, nós temos mãe que só tem um filho, quis fazer ligadura e fez. Isso é uma coisa que a gente tem que discutir (...)*

Indagadas sobre o futuro das parteiras, em razão dessa preferência pelo parto nas maternidades, as entrevistadas disseram que, embora a tendência seja a redução dos partos domiciliares, sempre surgirão os casos emergenciais nos quais não haverá tempo nem condições de se chegar em tempo hábil a uma maternidade, e também sempre existirá quem opte por parir em casa, *por preferir entregar-se a uma parteira de sua confiança*. E aqui vale reportar-se mais uma vez a Giddens, quando ele diz que *a confiança em sistemas abstratos não é psicologicamente gratificante como a confiança em pessoas* o é (GIDDENS, 1991, p. 116).

### **Como são e como vivem as parteiras**

Mulheres de meia idade, casadas, assalariadas de renda mínima, autoaprendizes que se iniciaram cedo no ofício de parteira – um ofício sem remuneração, sem horário nem dia certos. Assim podem ser retratadas, segundo a pesquisa, as parteiras tradicionais residentes no Estado de Pernambuco, dentre as quais 74,2 % das parteiras têm entre 50 e 69 anos, e 12,9 % delas têm 70 anos ou mais. Praticamente todas são casadas ou passaram pela experiência do casamento. Mulheres de famílias numerosas, cujas casas abrigam uma quantidade expressiva de netos; netos que vivem com a “avó-parteira”.

No tocante às condições habitacionais, há parteiras que residem em casas simples, compatíveis com a situação das moradias

interioranas, mas, principalmente as que moram na área rural e apresentam famílias numerosas, muitas vezes dividindo a casa com filhos casados e netos, vivem em casas muito precárias: pequenas, às vezes com apenas três vãos, umas sem portas internas e tendo apenas cortinas que dividem os ambientes, outras de taipa e chão batido.

Com relação à renda, os dados constatados pela pesquisa mostraram que 77,8% das parteiras têm renda própria, seja proveniente do desempenho de alguma atividade, seja proveniente de aposentadoria ou pensão. Para 46,4% das parteiras, o valor dessa renda pessoal equivale a apenas 1 salário mínimo, tendo-se registrado, no entanto, que 7,4% das entrevistadas têm como renda pessoal valores inferiores ao salário mínimo, e um percentual equivalente a esse não tem renda própria. Perto de um quarto das entrevistadas (24%) apresenta renda pessoal superior a 1 salário mínimo. Algumas (14,8%) não informaram se têm ou não renda própria, reafirmando o que se observa nas pesquisas, de modo geral, quando os entrevistados são indagados a respeito de sua renda: uns respondem com naturalidade, alguns se esquivam de responder, e outros dão respostas que, de antemão, não conferem com a realidade observada. O quesito *renda* parece inserir-se numa parte da intimidade que os entrevistados, nas pesquisas em geral, não gostam de abordar.

No que se refere à religião, os percentuais de católicas e evangélicas mostram-se próximos: 48,1% e 40,8%, respectivamente. Dentre estas últimas, muitas dizem ter mudado de religião após a idade adulta, passando de católicas para evangélicas, o que mostra a penetração das igrejas evangélicas (neopentecostais) pelo interior. O nível de escolaridade mostrou-se baixo, havendo, inclusive, parteiras sem escolaridade alguma, e que viveram ou ainda vivem trabalhando na agricultura. Outras se apresentam mais desenvoltas, algumas exercendo atividades de auxiliar de enfermagem em postos de saúde, maternidades ou hospitais.

Quando questionadas sobre o decréscimo do número de partos realizados em domicílios, respondem que, atualmente, com a interiorização dos serviços de saúde, e, principalmente, com a ação dos agentes comunitários de saúde e dos profissionais que fazem o acompanhamento pré-natal, as gestantes são induzidas a procurar as maternidades no momento do parto.

Apesar da baixa escolaridade, a grande maioria das entrevistas (74,1 %) participou de cursos de capacitação, muitos deles patrocinados pelo próprio Ministério da Saúde, ministrados pelo Curumim ou pelo Cais do Parto – organizações não governamentais que desenvolvem trabalhos voltados para as parteiras tradicionais. As entrevistadas que não participaram desses cursos residem, em sua maioria, em Manari e Carinaíba da Penha – municípios do Sertão de Pernambuco.

### **Memória e aprendizagem das parteiras**

Para recolher todas as histórias, narrativas, ouvi-las, fazer sua leitura, o antropólogo “encontra o Outro”. No momento central desse “encontro”, ele busca, além do olhar, ver; além de ouvir, escutar; além dos fatos, o sentido. A tentativa de encontrar sentido nas falas do outro, nesse caso as parteiras, permeou a estrutura da análise do material coletado na pesquisa de campo junto às parteiras da Região Metropolitana do Recife, da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão de Pernambuco.

A opção pela memória se deu porque o que interessa são situações vividas que, após a análise, se mostram plenas de significados. Se, por um lado, a memória, entendida em sua substância social, permite sua utilização como recurso metodológico, por outro, permite, talvez, melhor que qualquer outro, não apenas lidar com a dimensão subjetiva do vivido (experiência de partejar) como também com as teias de significações que urdem o cotidiano dos sujeitos narradores (as parteiras). E mais, o recurso à memória pode possibilitar muito mais, à medida que permite descortinar situações conflitivas,

discriminações, processos e jogos de poder entre pessoas e grupos sociais.

Maurice Halbwachs, nos anos 1920, quando estudou a memória, não se prendeu à realidade psíquica dos indivíduos, mas se deslocou para as representações sociais e as ideias que se constroem no interior dos diferentes grupos sociais. Ele começou a dar contornos àquilo que denominou de “quadro social da memória”, diferindo da tese bergsoniana (*Matéria e Memória*, 1990) que encarava a memória como a preservação pura e total do passado e a possibilidade de seu ressurgimento pela lembrança. Para o sociólogo francês, são os grupos sociais que determinam aquilo que é “memorável” e também como será recordado.

Para esse autor, a memória individual está ligada à memória dos grupos de convívio e de referências peculiares a cada indivíduo, e essa, por sua vez, à memória coletiva de cada sociedade. Desse modo, a memória individual se desenvolve a partir de um lastro comunitário que sustenta e dá forma a essas recordações. Por isso, a memória individual possui uma relação de dependência com os grupos do qual o indivíduo faz parte.

Por essa razão, lembra-nos Halbwachs que

*[...] diversos modos de associação de lembranças resultam das diferentes formas pelas quais os homens podem vir a se associar. Não se compreende bem o pensamento individual sem recolocar no pensamento do grupo correspondente (1990, p. 160).*

Acreditando, como Halbwachs, que a memória se encontra no pensamento do grupo ao qual o indivíduo pertence, é possível, por meio dela, reconstruir o trabalho das parteiras. Para o autor de *A Memória Coletiva*, tem-se, de um lado, que a memória se apoia no passado vivido, e, de outro, que ela se conserva no grupo, daí a utilidade e a pertinência da Associação de Parteiras, por exemplo, como mantenedora da memória coletiva do grupo que representa. É bem significativa a fala da presidenta da Associação de Parteiras de Jaboatão, quando se refere à rede de parteiras: *a rede só tem punho...*

Parteiras de Pernambuco: tradição e memória

Maria do Socorro Araújo & Janirza Cavalcante da Rocha Lima

Ainda de acordo com Halbwachs,

*a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de que a imagem de outrora se manifesta já bem alterada* (1990, p. 71).

Ainda sobre a reconstrução, Halbwachs afirma que, para localizar uma lembrança, é necessário religá-la a um conjunto de outras lembranças das quais se conhece o lugar no tempo (p.194). Essa afirmação serve de base para a reconstrução do passado, pois, como bem situa Miriam Moraes Lins de Barros no seu estudo *Memória e Família*,

*[...] no ato de lembrar nos servimos de campos de significados – os quadros sociais – que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais de memória, são fundamentais para a rememoração do passado, à medida que as localizações espacial e temporal das lembranças são a essência da memória* (1989, p. 30).

Pela trilha aberta por Halbwachs, trata-se, assim, de compreender as narrativas das parteiras como um ordenamento subjetivo da sucessão de experiências conformadas por acontecimentos aleatórios, episódicos ou aprendidos durante o exercício da vida profissional. Como diz Ítalo Calvino,

*cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis.* (1990, p. 138).

Feitas essas considerações preliminares, vale reafirmar que articular teoria e empiria em torno de um objeto (parteiras) implica incorporar referências teórico-metodológicas de tal maneira que se tornem lentes a dirigir o olhar, ferramentas invisíveis a capturar sinais, a recolher indícios, a descrever práticas, a atribuir sentidos a gestos e palavras, entrelaçando fontes teóricas e materiais empíricos como quem tece uma teia de diferentes matizes.

### **Como a história é narrada...**

É fato comum a todas as culturas, conforme assinalam diversos autores, que o parto é um evento rodeado por muitos tabus, regras e rotinas. Não foi diferente nesta pesquisa. As entrevistas com as parteiras contêm vários relatos de experiências significativas e algumas delas comoventes. A carga de afetividade que se depreende da leitura desses depoimentos revela, de maneira exemplar, como os processos cognitivos podem ser facilitados ou não pelas questões emocionais. Os relatos ajudam a perceber que a memória individual, pessoal, das parteiras, está sempre vinculada à memória de grupos sociais (a família, a vizinhança, a associação, a religião, o local de moradia, dentre outros). Por isso mesmo, quando as parteiras mexem com suas lembranças, até as mais íntimas, elas atingem aspectos da vida coletiva:

*Eu comecei não foi porque tivesse desejo, porque eu nunca desejei; fui por causa da necessidade da comunidade. Aquela pessoa pobre naquele tempo que nem tinha o que comer, nem uma cama para dormir, quando dava fé, chegava.*

*É a luz divina, é mãe, é delegada, é geriatra é psicológica, é a juíza, é a mãe de todas aquelas pessoas que tem na comunidade, quando ele considera a pessoa e a pessoa considera ela. Essa é a diferença entre uma parteira da comunidade, tradicional, de uma parteira hospitalar.*

Ao recuperar os acontecimentos que marcaram de forma positiva (bons partos) ou negativas (partos difíceis, mortes da criança e/ou mães, etc.) sua própria experiência profissional, a parteira se fortalece e se mostra mais consciente de suas práticas. Ao iniciar os seus relatos, as parteiras entrevistadas se voltam para o passado e aí não sofrem a influência do distanciamento temporal que atua em todo processo memorialístico, apagando determinadas experiências, como, por exemplo, os insucessos do ofício, e intensificando outros, como, por exemplo, o primeiro parto. Nessa linha de raciocínio, lembra Maria Helena Concone:

A memória é algo vivo e, como tal, encontramos armazenada nela uma série de lembranças precisas e completas dos eventos presenciados e vivenciados. É claro que ela é seletiva e, por outro lado, na recuperação da história vivida, a história presente servirá de parâmetro. Realmente, pode-se falar com propriedade numa dialética própria da memória, à medida que o passado é referencial para orientar meus passos no presente e o presente serve como ponto de referência para uma releitura, interpretação e atribuição de sentido ao passado. (CONCONE, 1983, pp.1-2)

Assim, nesse processo, as parteiras realizam, sobretudo, reconstruções sucessivas, conforme se pode observar nos depoimentos selecionados para ilustrar a afirmativa feita:

*Sem querer e sem saber porque o motivo é que a mulher foi parir, estava em casa sozinha, o esposo foi caçar, saiu três horas da manhã, e ela ficou e quando deu umas oito e meia da manhã ela começou a sentir dor, ela tinha uma garotinha de cinco anos, mandou a criança me chamar, quando eu chego lá ela estava pendurada em um a corda, com as duas mãos, pendurada na corda colocando força. Eu perguntei a ela: O que é isso mesmo? Ela disse: mulher, me acode que o menino vai nascer. Eu disse: mas o que eu vou fazer? Ela falou: segura o menino. Eu não tive o que fazer...*

Pôde-se observar, durante a coleta de informações, que as narrativas em torno do primeiro parto realizado vinham sempre carregadas de uma carga forte de dramaticidade, como deixa ver o relato abaixo reproduzido:

*Eu estava numa cacimba, num engenho. Eu tinha ido buscar água lá com minha tia. Ai, uma grávida tinha ido pegar água e começou a sentir aquelas dores. Ai [reforça a situação] aquelas dores. a sentir aquelas dores. Eu falei para minha tia [minha tia não era parteira, somente vizinha dela e amiga]: Ah!, tia, eu vou embora, essa mulher está parindo e eu estou com medo. A minha tia falou: Não, fique aqui comigo que ela vai ganhar um*

*bebê e você não vai me deixar sozinha. Eu disse: e o que é que a gente vai fazer? Vamos arrumá-la aqui? Então, a gente pegou a rudia de pano [uma espécie de almofada para acomodar o pote cheio d'água em cima da cabeça da pessoa]. Ai, eu falei para minha tia: vamos deitá-la aqui nesse pano [da rudia] e vamos ver o que pode acontecer. A gente deitou ela e ficou lá esperando. Quando ela começou a sentir aquelas contrações, daí a pouco ela começou a ganhar bebê. A gente acompanhou, ajudei minha tia e daí que passou aquele momento, eu vi aquilo, eu admirei, eu gostei. Corri na casa de minha tia e fui buscar uma tesoura e um pedacinho de cordão para a gente amarrar o umbigo do bebê e quando ela [a parida] se desocupou, quando saiu a placenta, a gente chamou o pessoal para levá-la para casa e levamos o bebê enrolado nos mesmos panos [da rudia].*

E conclui o seu relato afirmando: *foi muito bonito aquilo ali, eu me apaixonei. Ai me tornei parteira.*

Outros relatos operam uma seleção, ao escolherem os fatos considerados dignos e/ou relevantes de ser divulgados e ao privilegiarem determinados aspectos – *nunca morreu mulher em minhas mãos* – em detrimento de outros, buscando dar sentido ao relato da própria vivência como “parteira do mato” – no dizer de uma delas. Assim, a narrativa *caracteriza-se por diversos tipos de realidade: a que tem origem nos fatos e a que nasce dos sentimentos e emoções que confirmam as lembranças* (Viñao Frago, *apud* CATANI e VICENTINE, p.171). O próprio Maurice Halbwachs afirma que, não somente os fatos mas a maneira de ser e de pensar de outrora se fixam dentro da memória (1990, p.60). Especificando ainda mais, pode-se sugerir que os sentimentos experimentados também são zelosamente guardados e, no ato de lembrar, vêm à tona com intensidade, filtrados, avaliados, assumidos, criticados e preenchidos de novos significados, a partir da vivência do presente, como tão bem coloca Terezinha Bernardo (1998).

Parteiras de Pernambuco: tradição e memória

Maria do Socorro Araújo & Janirza Cavalcante da Rocha Lima

Uma entrevistada, ao ser indagada sobre a sua iniciação no ofício de partejar, remete ao místico a sua condição de aprendiz. Diz ela:

*Pronto, aí vem uma história boa. Eu comecei a fazer parto através de um sonho, de uma revelação pura e verdadeira, eu nunca tinha feito um parto nem nunca tinha assistido um parto, eu tinha uma base de vinte e seis anos, por aí. Já era casada, já tinha tido a minha filha, até o derradeiro menino, porque quando eu tive o derradeiro menino eu tenha vinte e cinco anos, porque meus meninos foram um atrás do outro, [...] Eu tive um sonho, mulher, aí eu vi assim: eu fazendo um parto, e uma pessoa me ensinando assim, dizia: corta o umbigo, faça assim, meça dois dedos, e uma coisa, numa realidade mesmo. E nesse dia eu vi tudo em sonho, eu vi tudo, aí também fiquei curiosa naquela revelação que eu estava tendo, achei muito bonito, achei muito bom, naquela hora eu me senti alegre naquele parto que eu estava fazendo.*

Há, seguramente, uma recorrência na totalidade das entrevistas realizadas que aponta na direção de um rito de passagem, iniciático, como condição primordial de entrada para o ofício de parteira. A expressão “rito de passagem” foi cunhada por Arnold van Gennep, em 1909, para descrever o processo pelo qual o indivíduo, ao mover-se de uma situação social para outra, recebe aceitação e reconhecimento. Esse processo transformativo exige experiência fora do comum, incluindo dificuldades e desafios físicos e mentais, cujo enfrentamento facilita a ruptura com o estado anterior e a abertura psicológica dos iniciados no novo papel.

#### **Aprender fazendo...**

O componente de aprendizagem que subjaz a qualquer modalidade de experiência não é um dado de imediato descortinável. Mas é passível de ser captado com a ajuda de algumas categorias operativas, tais como as formuladas por Marx Nitcher e Nancy Vuckovic (1994) no seu modelo tríplice de *aprendizagem direta, aprendiza-*

*gem pelo exemplo e aprendizagem pela informação.*

Tomando-se como parâmetro tais categorias, observa-se nos dados da investigação realizada, que constitui o suporte empírico desta pesquisa, que a aprendizagem empírica direta se inscreve nas situações em que o partejar é feito em condições de incerteza (“estava acompanhando minha madrastra e a parteira não chegou em tempo, então eu fiz o meu primeiro parto”) quanto à complexidade do parto. Os sucessos obtidos com os partos realizados vão gerando um patrimônio de saberes provisórios, admitidos pelas parteiras como saberes/práticas/modos de fazer sujeitos a revisão perante cada nova experiência. À medida que tais práticas vão sendo rotinizadas temporalmente, elas vão sendo transformadas em saberes sedimentados, que são naturalizados e acionados como *saberes espontâneos*. São múltiplos os exemplos em que a processualidade dessas trajetórias se evidenciam, como se pode notar nos trechos das narrativas das parteiras entrevistadas: *medir três dedos para cortar o cordão umbilical; balançar a placenta para ela descolar; dar chá para aumentar as contrações; massagens com banha de galinha ou óleos, dentre outros.*

Em outras circunstâncias, a aprendizagem empírica direta cede lugar à aprendizagem pelo exemplo, figurando antes como uma particularização da empírica, mas que permite captar o processo de constituição de outros tipos de saberes. É por meio das sucessivas experiências pessoais ou compartilhadas com outros (encontros, capacitações, conversas informais do dia a dia) que vão se produzindo os saberes acionados em situações consideradas semelhantes. O que diferencia a constituição desse tipo de saber, em relação aos saberes espontâneos, é o deslocamento da aprendizagem do método de tentativas e, portanto, da gestão da incerteza (os primeiros partos) para a sua sustentação num quadro de diagnóstico (esse é um parto fácil ou difícil) já reconhecido e, portanto, de incerteza já controlada.

No plano analítico, tais recursos cognitivos configuram-se como *saberes confirmados*, o que propicia uma evocação de legitimidade de sua prática de partejar. Os seguintes trechos narrativos das entrevistas são ilustrativos da processualidade social de tais apropriações, o que mostra como a memória é dotada de uma flexibilidade que permite a combinação entre indivíduos e coletivos, sempre pessoal e sempre apoiada em referenciais coletivos (parteira, marido da parturiente, comadres, etc.). É possível, então, constatar nas falas das parteiras a forte presença de tais quadros sociais como apoios basilares na explicação de sua trajetória individual no ato de partejar.

*Eu, com dezenove anos, comecei a ajudar a madrinha desse menino meu que é parteira, a fazer partos, com vinte anos eu comecei parto. Comecei a olhar ela e mandando eu fazer coisa ali, outra coisa aqui, e eu fazendo e quando dei fé, aprendi e comecei a fazer partos. À vezes não queria ir, mas o pessoal dizia: vai minha filha, eu ia chegava lá fazia que nem a companheira [a madrinha], fazia um chazinho de pimenta para esquentar a dor, dava uma massagem com banha de galinha que nós sempre usávamos para esquentar a dor e quando não nascia logo, nós dávamos uma colher de banha de galinha, às vezes uma xícara de café com manteiga, quando não tinha manteiga dávamos uma colher de banha de galinha para beber e para descer toda a sujeira, a placenta, tudo; nós dávamos e graças a Deus estou com setenta e cinco anos e peguei mais de quinhentos meninos. Peguei muitos meninos, somente no engenho Esperança onde eu moro, já peguei cento e quarenta meninos.*

Quanto à modalidade, a aprendizagem pela informação diferencia-se das anteriores categorias já identificadas pela ação deliberada de congregar diferentes registros de informação, mediante cursos de capacitação que funcionam como uma base de equacionamento das atitudes a tomar – como, por exemplo, o encaminhamento para os PSF, os hospitais e/ou maternidades – ao reconhecer que a situação do parto foge à sua

competência por incluir alta periculosidade. O seu efeito é essencialmente de produção de *saberes mediadores* que, no entanto, não desalojam o primado da experiência, nem a participação dos *saberes espontâneos* ou dos *saberes confirmados* – inscritos em tal primado – mas, antes, reorganizam as condições de validação da própria experiência como parteira. Isso se torna patente em diversas narrativas, sobretudo nas narrativas daquelas parteiras que participaram das capacitações oferecidas pelo *Cais do Parto* ou pelo *Curumim*.

*Eu ganhei uma bolsa, naquele tempo que S..... [Cais do Parto] colocou nós nesse plano. Eu tinha uma bolsa, ainda tenho meus materiais todos aí, aquelas caixinhas de material de inox, balança, tesoura, a fita... tá tudo aí De vez em quando eu limpo, passo um paninho. Antes disso era na mão mesmo; quando eu chegava lá, já levava um pedacinho de sabão virgem, lavava minhas mãos bem lavadas, minhas unhas eram todas cortadinhas, eu lavava, eu não cortava tudo não, porque tinha um lado que eu fazia o toque, porque tinha muitas que era grossa aquela bolsa, eu mesmo com a unha ia bem direitinho pra não tocar na cabeça da criança, aí eu saí fazendo.*

É bom frisar que a dissociação de cada um dessas modalidades de aprendizagem é, essencialmente, permitir demonstrar a pluralidade de tipos de saberes leigos que se ocultam na categoria profissional de parteiras das diversas regiões pesquisadas e ao espaço que cada circunstância de ação (ato de partejar domiciliar) é conferido a cada um dos diferentes tipos de saberes ou aos seus níveis de interseção.

É nesse patamar que se restitui a plena visibilidade do caráter construído desses saberes, inscritos no seu ajustamento às circunstâncias pessoais e sociais das parteiras. Por serem construídos, e não passivamente mimetizados, os diferentes tipos de saberes leigos da parteira lhe permitem um controle direto do seu exercício profissional, o que lhe alimenta o sentimento de segurança quando da sua mobilização no cotidiano.

Parteiras de Pernambuco: tradição e memória

Maria do Socorro Araújo & Janirza Cavalcante da Rocha Lima

Indagadas acerca do processo de aprendizagem do ofício de parteira, são quase unânimes as afirmativas de que esse foi um processo pessoal, fruto de observação da experiência vivida no cotidiano familiar. Numa primeira leitura, pode-se afigurar que essas apropriações não passam de uma reprodução mimética de uma experiência. Acontece, porém, que tais apropriações/aprendizagem também resultam de um conhecimento repassado via ancestralidade ou relacionamentos de amizade, resultados da tessitura de experiências vividas e narradas pelas parteiras quando foram entrevistadas. Suas falas reconstróem emoções, imagens, reflexões, ideias, posicionamentos, desejos e significados acerca de suas vidas, enfim, experiências vividas. A noção de experiência implica considerar as mediações entre sujeito [parteira] e sociedade. Nesse sentido, como afirma Dubet (1996), *a experiência é uma atividade cognitiva, uma maneira de construir o real e, sobretudo, de verificá-lo, de experimentá-lo, e constrói fenômenos a partir de categorias do entendimento e da razão. É a maneira de construir o mundo.* (DUBET, 1996 p. 65 *apud* GUSSI, 2008)

O que é importante frisar são as formas como as experiências vividas são postas: são experiências narradas. Em geral, começam assim:

*Eu tinha quinze anos. Eu aprendi em casa, meu marido disse olha, a gente corta o umbigo do menino, vai, mede dois dedos acima do buchinho dele, amarra aquele nozinho, dobra novamente e amarra direitinho que o sanguinho não sai. Nunca tinha assistido parto de ninguém. Minha mãe era muito experiente, teve 11 filhos, mas não era parteira não. Mas às vezes ela explicava assim como era cortar o umbigo de menino, só era a experiência, que a gente dizia assim: 'pegou o menino'. Aí, ela sempre explicava como cortava o umbigo e tal.*

Como se pode ver, as parteiras se “tornam” profissionais de pegação. Francine Muel-Dreyfus considera o trabalho de *invenção de um ofício o fruto de um encontro bem-sucedido, em certos momentos históricos,*

*entre os indivíduos e as posições sociais às quais eles dão [...] vida* (MUEL DREYFUS *apud* CATANI e VICENTINE, 2004, p. 272). A autora procurou apreender a maneira pela qual eles vivenciaram o *percurso de ocupação subjetiva da profissão* (no nosso caso as parteiras), de modo a produzir um *meio caminho entre a visão mística que se tem da profissão* (um dom de Deus, como se reportam as parteiras) – e o *que essa profissão se dá dela mesma – e o vivido do ofício*<sup>6</sup>.

A narrativa das parteiras focaliza uma vida de sofrimento e privações, mediante a qual se constrói uma imagem fortemente idealizada da profissão, vinculada à abnegação e ao sacrifício. Reforça essa imagem o sentimento de isolamento e de vulnerabilidade de sua vivência como parteira na hierarquia da medicina oficial. Há recorrentemente uma imagem do ofício da parteira baseada na dedicação às parturientes e na recompensa proveniente do caráter afetivo da relação parida/parteira/comadre/madrinha/mãe de nascimento.

Nas memórias aqui examinadas, devido às significações pessoais da experiência profissional, aparecem narrativas dos sacrifícios que envolvem o exercício de partejar (chamados a qualquer hora, longas caminhadas até chegar às casas das grávidas), mas também nas lembranças das conquistas alcançadas (mulheres sadias, filhos sobrevividos de partos difíceis, etc.) e dos auxílios prestados a comunidades desprovidas de quaisquer recursos. Tudo isso reforça a imagem das parteiras como profissionais que não se deixam abater diante das adversidades e que se submetem a qualquer sacrifício para exercer a sua função, de maneira que os aspectos percebidos como negativos ganham uma conotação positiva no interior do discurso produzido acerca da profissão, na narrativa autobiográfica, pois enaltecem as qualidades daquelas que a exercem e tornam o seu trabalho ainda mais valioso.

Tal tentativa de reconversão associa-se ao relato das experiências vivenciadas que dizem respeito a uma dimensão do ofício de parteira representada de forma extremamen-

te positiva: elas recordam com satisfação o bom relacionamento estabelecido com diferentes gerações (mãe, filhos e até netas como clientes); falam com orgulho dos encontros públicos com eles, já adultos, quando fazem questão de expressar a sua gratidão (*bença mãe, bença madrinha, foi ela quem me salvou quando nasci*, etc.), deixando entrever que o reconhecimento dos *filhos de pegação* lhes permite acreditar que todos os sacrifícios (*horas esperando pelo parto, longas caminhadas, proibição e/ou cara feia do próprio marido e/ou filhos*) aos quais foram submetidas e a dedicação ao ofício não foram em vão. No entanto, como se pôde perceber em muitos momentos das narrativas feitas pelas entrevistadas, houve constrangimentos, silêncios, receios e esquecimentos. Ao refazerem o vivido, muitas situações afloraram, tais como o não reconhecimento pelas autoridades de saúde e dos políticos, e até mesmo a sensação de se sentirem alijadas pelas próprias grávidas, que preferem o serviço ofertado pelo PSF – o pré-natal e o encaminhamento aos hospitais e/ou maternidades da rede pública –, excluindo o parto domiciliar.

Assim, as imagens construídas e aqui analisadas associam os aspectos do ofício vivenciados de forma negativa, tais como a não remuneração pelos serviços, o tratamento descortês do setor de saúde, o desprezo pelo conhecimento empírico que elas possuem, tanto por parte das instâncias de controle e vigilância quanto do poderio dos chefes locais (parteiras formadas, enfermeiras, médicos). Essas imagens construídas constituem representações sobre o estatuto profissional da parteira e os lugares sociais a partir da entrada no ofício de partejar, que oscilam entre a posição de sujeição e a posição de prestígio junto às gestantes e às comunidades em que atuam. Descrevem-se aqui as relações estabelecidas entre as parteiras e as comunidades em que atuam – na RMR, na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão –, mas também a maneira como tais profissionais são vistas nas diversas regiões onde praticam seu ofício

e a forma como elas próprias veem a sua inserção nessas localidades, seja como parteiras, seja como “assistentes”.

Isso permite apreender as imagens construídas sobre a profissão, bem como as representações produzidas sobre o estatuto profissional da categoria e as posições sociais ocupadas a partir da entrada no ofício de partejar. Toma-se aqui o conceito de representação, que permite apreender

*as diversas relações que os indivíduos mantêm com o mundo social: inicialmente, operações de recorte e de classificação, que produzem as configurações múltiplas, graças às quais a realidade é percebida, construída, representada; em seguida, os signos, que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de ser no mundo, significar simbolicamente um estatuto, uma posição, um poder, enfim, as formas institucionalizadas pelas quais os representantes encarnam de modo visível, presentificam a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder.* (CHARTIER apud CATANI e VICENTINE, 2004, p. 269)

Por certo, o modo de “escrever” a sua narrativa profissional como parteira remete ao arcabouço da tradição. Não obstante, será exatamente ela, a tradição, o ponto em que se aglutina uma variedade de experiências qualitativamente distinta de tantas outras. Para BENJAMIM (1994), a tradição seria o único lastro sobre o qual se preservaria a possibilidade de redenção. A tradição, nesse caso, é a memória coletiva que inscreve um indivíduo num conjunto de representações de sentido comum, laço que une o presente ao passado. Se, por um lado, esses processos narrativos reconstruídos pelas parteiras refizeram as experiências vivenciadas, por outro, acenderam novas luzes sobre suas próprias vidas. A fala de uma entrevistada no Sertão, aos 88 anos de idade, é reveladora desse modo de escrever a tradição: *Já lavei muito menino; não sei a quantidade de menino que trouxe ao mundo....*

Parteiras de Pernambuco: tradição e memória

Maria do Socorro Araújo & Janirza Cavalcante da Rocha Lima

### **Entre dois mundos: a experiência de partejar como rito de passagem**

Os rituais em torno do parto, fruto de séculos de civilização, seguem necessidades psicológicas e sociais profundas. Despir o parto de todo e qualquer significado simbólico revela a cegueira de quem não enxerga a sua dimensão iniciatória e desconsidera que *os rituais do parto são uma resposta chamada ansiedade ôntica, espiritual e humana, impondo às mulheres medidas que garantam sua segurança, como nos assegura TILLICH (apud, NOGUEIRA, 2006, p.125).*

Ao trabalhar com a memória das parteiras, processos surpreendentes emergiram, como aquele que foi denominado rito de passagem, de acordo com o modelo de van Gennep. Desse modo, os relatos obtidos nos depoimentos das parteiras de todas as microrregiões estudadas permitiram pontuar, de maneira esquemática, o processo ritual que permeia o ofício de partejar. Os ritos têm seu início com a separação da vida cotidiana, têm sua fase limiar e terminam com uma reagregação à vida cotidiana (Van Gennep, 1978; Turner, 1974). Ao falar sobre ritos de passagem, Gennep prefere cristalizar a ideia com exemplos materiais, a fim de facilitar a sua compreensão. Para o autor, tais ritos não ocorrem somente do ponto de vista macro (fora da sociedade), mas também do ponto de vista micro(dentro da sociedade). Em trecho do seu livro ele enfatiza: *proponho, por conseguinte, denominar ritos preliminares os ritos de separação do mundo anterior, ritos limiares os ritos executados durante o estágio de margem, e ritos pós-limiais os ritos de agregação ao novo mundo* (GENNEP, 1978, p. 37).

Cabe registrar que a gravidez, o parto e o puerpério são vistos aqui como *eventos sociais* que integram a vivência reprodutiva de mulheres e homens, envolvem suas famílias e suas comunidades e, como experiência humana, têm grande potencial enriquecedor para todos que dela participam. A parteira, sem dúvida, apresenta-se como um guia confiável numa situação de aflição que envolve tanto a mulher que está parin-

do quanto a parteira que executa os procedimentos do ofício de partejar. A parteira executa uma importante função de continuidade dos valores e conhecimentos da comunidade na qual ela se encontra também inserida.

O ritual de separação inicia-se quando a grávida e/ou alguém da família chama a parteira para realizar o parto no domicílio. O risco compartilhado (parteira e gestante) constitui o que Jacques Derrida (1979) chamou *a igualdade perante a sorte*, que conduz a formas específicas de solidariedade. No bojo desse risco, há um nível de consciência que se constitui uma estrutura de relações baseadas no fazer comum, uma ocupação marcada por fortes laços de solidariedade e por uma ideologia da prática que engloba o contato com o risco e com a morte.

Essa solidariedade é mais um sentimento coletivo construído, feito de vigilância e de cooperação necessárias por parte da gestante, bem como da capacidade também compartilhada e construída no espaço prático (da parteira na comunidade) de reconhecer os sinais do parto.

Cabe destacar que, nesse momento, é crucial a humanização da assistência ofertada pela parteira, que se configura num bom acolhimento (brincadeiras, rezas, massagens) e na segurança de uma espera tranquila de um episódio iminente e inadiável. O depoimento que segue é revelador desse procedimento: [...] *é uma festa, nem parece parto; canto, converso, invento assunto, faço massagem, dou um chazinho...* Esse depoimento, por outro lado, corrobora as ideias de Michel Odent, no seu livro *O Renascimento do Parto*, quando defende que *a assistência ao parto seja realizada por parteiras [...], entendendo que elas estão mais qualificadas emocionalmente para lidar com a intensidade da experiência da mulher, nesse momento, e ser menos intervencionistas que o médico* (ODENT, 2002, p.120).

Convém assinalar que, durante a espera da expulsão do feto, vários procedimentos ritualizados acompanham a prática das parteiras. Alguns depoimentos são elucidada-

tivos dessa ritualização. Com efeito, não causa estranhamento o fato de que depoimentos de parteiras de áreas tão distintas convirjam num só procedimento ritual:

*Faço o toque, vejo quantos centímetros está de dilatação, qual é a posição em que está a criança e se o negócio for mais vexado, nem precisa da massagem [...] que a gente dá é assim: para contração na barriga, procura acalmar a gente, passa um oleozinho quente. Pode ser assim, aqueles óleos de amêndoas, às vezes tem aquela folha que chama mamona, outras chamam de folha de carapateira. Eu boto elas dentro da água quente tira e põe na barriga. O neném se acelera mais e aí nasce normal. Eu faço manobras, exercício nela, dou massagem nos quadris. Eu mando ela respirar forte, fico dando massagem na barriga dela, devagarzinho, às vezes um oleozinho para ver e deixo, mas tudo devagar porque está no início, só fica mais forte essas massagens quando tá perto e nos quadris passo óleo e dou massagem, fico mandando ela fazer feito uma ginasticazinha, balançando para frente e para trás, que ajuda as dores...*

Ainda dentro do ritual de separação, outra sequência fisiológica do parto, também foi registrado um movimento cerimonialístico no que diz respeito ao processo expulsivo da placenta e ao corte do cordão umbilical. O modo como se configuram as práticas de retirar a placenta e cortar o umbigo é, em si, um elucidativo exemplo do modo de aprendizagem das parteiras ao se iniciarem no processo de partejar. Também não é de estranhar a importância da utilização de rezas por ocasião do parto. Nas lembranças das parteiras, mesmo daquelas que hoje se professam evangélicas, *a religião reproduz o passado* (HALBAWCHS, 1935, p. 255):

*Eu sempre faço aquilo que Deus mandou todos nós fazermos em primeiro lugar que é rezar o Pai Nosso, que é a oração que Deus nos ensinou para nós todos. Então, é o que eu sempre uso.*

A demora de expulsão da placenta é um indicador de risco para a parturiente. Para

as parteiras, o tempo previsto para a expulsão é de cerca de vinte minutos a meia hora. Ao ser retirada da mulher, a placenta é invariavelmente enterrada virada para cima, num buraco com profundidade para que os animais não a comam, conforme foi observado em todas as narrativas. O corte do cordão umbilical também obedece a uma certa ritualidade:

*Corta, amarra dois dedos do buchinho para cima, para o sangue não subir. No fio, você amarra novamente e dobra para poder cortar que é para o sangue não subir.*

A fase liminal é central ao poder do rito. Nela estão ausentes a estrutura social e as regras (alimentícias, sexuais) que normalmente ordenam as interações sociais dos membros de uma sociedade. No período da margem, no caso, o puerpério (resguardo), o rito principal é o banho, que tem claramente por objetivo reintegrar progressivamente a mãe à sociedade familiar e às práticas usuais, inclusive a sexual. A parteira, nesse ínterim, dá toda assistência à mulher, admoesta o marido para que ele cumpra a abstinência sexual, faz a higiene da puérpera, cozinha, lava, toma conta das crianças, enfim, assume provisoriamente as tarefas e normas da sociabilidade familiar. A fase liminal é uma etapa transitória, um estar no meio entre duas posições. É bom lembrar que não se dissocia a parturiente e a parteira nessa fase do processo liminal. A parturiente está em estado liminal, pois é ela (e seu corpo) que atravessa essa experiência. O traço distintivo da liminaridade é a segregação da puérpera dos seus laços sociais imperativos, liberando-a temporariamente (40 dias) das suas obrigações de família, de esposa, do trabalho doméstico ou outro, o que a transforma provisoriamente num indivíduo fora-do-mundo. A parteira, por sua vez, é quem determina essas normas (muitas vezes as executa) a serem rigorosamente seguidas: não levantar, dar de mamar, fazer asseio, tomar o banho na ocasião prescrita, não ter relações sexuais e ingerir determinado tipo de alimento até completar o chamado “resguardo”.

Parteiras de Pernambuco: tradição e memória

Maria do Socorro Araújo & Janirza Cavalcante da Rocha Lima

Guardar o resguardo até quarenta dias ainda é uma tradição específica nas áreas estudadas, conforme se observa nos relatos das parteiras entrevistadas. As mulheres (puérperas) ainda preservam todo o ritual do pós-parto. Para as parteiras, no pós-parto a mulher fica em estado vulnerável, que se compara com o estado menstrual, sujeita às ordens natural e sobrenatural. O estado natural vincula-se a doenças que podem atingir e levar a mulher à morte, dentre as quais a hemorragia – que é também uma possibilidade de o parto “subir para a cabeça”. Daí a necessidade de ser acompanhada por parteiras durante oito dias consecutivos, ou mesmo durante todo o período de quarenta dias. Tal prática foi observada por parte das parteiras pesquisadas em Pernambuco, do mesmo modo que nas parteiras do Amapá, como foi descrito na dissertação de Iraci de Carvalho Barroso (2001). Alguns exemplos tornam mais explícitos esses procedimentos, que se configuram como ritos de purificação:

*Os cuidados são aqueles cuidados demais que a gente não pode deixar a paciente levantar quando termina de ganhar bebê. Ela não levanta; a gente dá banho no leito, ali mesmo, troca, arruma direitinho, passa ela de um local sujo para um local limpo, já está tudo arrumadinho, a gente bota ela para organizar o local e fica três dias de cama repousando, porque aí a gente tem medo de uma hemorragia interna. Como na época não existia o socorro que temos hoje (hoje está dentro do hospital tem uma injeção, tem uma medicação e lá nós não tínhamos isso, os que se tinha era repouso, é três dias de repouso), a gente dava banho na mãe, no bebê, depois do banho na mãe até chegar os dias, fazer aquele pirão mexido de galinha gostosa para aquela mãe comer, eu comia pirão que só! Eu não via a hora que a mulher paria para eu comer. Esse é da parteira, muito gostoso. Depois de três dias acompanhava direitinho como é que ela estava, se já estava andando, botava a criança no peito, ensinava ela a amamentar, ter aquele cuidado, naquela atividade para ela não criar glândula*

*nos peitos Já dava compressa nos peitos para soltar o leite, para não ficar com o peito empedrado para não a ter febre.*

Concluído o processo parturitivo, registra-se o rito de agregação, com o retorno social da parturiente, após os quarenta dias de resguardo, ao convívio social. Restauram-se as leis gerais da sociedade mais ampla, finalizando assim o rito de passagem. Com a realização de todos os ritos que envolvem o ato de partear, pode-se concluir que a maioria dos ritos do parto são animistas, simpáticos, indiretos e positivos, como apregoa Arnold van Gennep no clássico Rito de Passagem. O percurso seguido na descrição dos passos do ritual do parto até o final do puerpério (resguardo) procurou evidenciar dois de seus momentos que nos parecem distintos e correspondentes a atributos e comportamentos diferenciados, que se associam aos participantes do ato ritual de parir. Como entende Marisa Peirano, *os rituais são bons para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir as relações sociais* (2003, p.10).

Portanto, os eventos biológicos humanos existem como realidades simbólicas e vão ser não apenas “traduzidos” mas criados e recriados no contexto sociocultural no qual o indivíduo nasce, cresce, se desenvolve e morre, inexistindo, como experiência humana, fora desse contexto. Como fizeram, no passado, suas mães, avós, madrinhas, tias, a experiência de partear é guardada por rituais e “mediadores”. Cabe chamar a atenção para o fato de que tais rituais se situam muito mais na dimensão do sutil e do espiritual, sem desconhecer as bases fisiológicas e materiais, enquanto suas “sacerdotisas” [parteiras] são aquelas que, tendo realizado em si a *conunctio sagrada*, têm competência para lidar e promover a experiência plena, segura e satisfatória de um fenômeno que só pode ser compreendido pelo olhar holístico. Para as “sacerdotisas-parteiras”, o rito de passagem se renova em cada parto realizado, quando a separação entre natureza e cultura se dissolve; quando natureza e cultura se fundem. Praticar os ritos de passagem é para elas um Dom.

Ao se analisar o papel da tradição na modernidade, manteve-se presente a atenção para o fato, lembrado por Giddens, de que na modernidade a reflexividade assume um caráter diferente; que

*a rotinização da vida cotidiana não tem nenhuma conexão intrínseca com o passado, exceto na medida em que “o que foi feito antes” por acaso coincide com o que pode ser defendido de uma maneira proba à luz do conhecimento renovado. Ele prossegue no seu raciocínio dizendo que não se sanciona uma prática por ela ser tradicional; que a tradição pode ser justificada, mas apenas à luz do conhecimento, o qual, por sua vez, não é autenticado pela tradição. Combinado com a inércia do hábito, isto significa que, mesmo na mais modernizada das sociedades, a tradição continua a desempenhar um papel.* (GIDDENS, 1991, p. 45 grifos nossos).

Essa foi a compreensão que norteou a análise da atuação das parteiras tradicionais de Pernambuco, reconhecendo-se, no término do trabalho, a importância do papel social que elas desempenham nos espaços onde atuam, e mostrando-se a necessidade de resguardar, tirar proveito e apoiar essa tradição mediante a oferta de *saberes mediadores que não desalojem o primado da experiência nem a participação dos saberes espontâneos ou dos saberes confirmados*, mas reorganizem as condições de validação da própria experiência como parteira. Isso não apenas por se tratar de um aspecto especial da tradição, ligado diretamente à vida (moldado por tabus, regras e rotinas; significado como *rito de passagem*), mas sobretudo em razão das situações concretas em que ele se manifesta, marcadas por carências eventualmente convertidas em desafios.

Parteiras  
de Pernambuco:  
tradição e memória

Maria do  
Socorro Araújo &  
Janirza Cavalcante  
da Rocha Lima

## Notas

<sup>1</sup> A pesquisa teve como integrantes da equipe Maria do Socorro Araújo, Janirza C. da Rocha Lima, Rosalira dos Santos Oliveira e Chistine Vieira do Bonfim, todas pesquisadoras da Fundaj e contou também com Júlia Morin que atuou como consultora externa.

<sup>2</sup> Disponível no site: [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br) acessado no dia 7/3/2008.

<sup>3</sup> Ver, a esse respeito, a tese de doutorado de Sylvia COUCEIRO, 2003.

<sup>4</sup> In: O Estado de São Paulo. Link: <http://www.estado.com.br>, acessado em 5/3/2007.

<sup>5</sup> Projeto de Lei nº 2.345/2003, já mencionado.

<sup>6</sup> MUEL DREYFUS apud CATANI e VICENTINE, 2004, p. 14.

## Referências Bibliográficas

- BARROS, Miriam M. Lins de. *Memória e família*. *Estudos Históricos*, nº. 3, Rio de Janeiro: Vértice. 1989.
- BARROSO, Iraci C. *Saberes e práticas das parteiras tradicionais do Amapá: histórias e memórias*. Campinas: Unicamp. 2001 [Dissertação de Mestrado].
- BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1994 (Obras escolhidas v. 1).
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes. 1990.
- BERNARDO, Terezinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo, 1998.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 3ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.
- CATANI e VICENTINI *Lugares sociais e inserção profissional: o magistério como modo de vida na autobiografias de professores*. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). *A aventura (auto) biográfica*. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2004.
- CONCONE, Maria Helena Villas Boas. *Lendo os jornais. A memória cristalizada. VI Reunião da ANPOCS*. Águas de São Pedro, 1983 (mimeo.).
- COUCEIRO, Sylvia Costa. *Artes de viver a cidade. Conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2003. [tese de doutorado].
- DERRIDA, Jacques. *Escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DUBET, F. *Sociologia da experiência*. Instituto Piaget. Lisboa, 1996.
- GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GUSSI, Alcides Fernando. *A abordagem biográfica e suas implicações epistemológicas entre a Antropologia e a Educação*. Recife: Cadernos de Estudos Sociais, v. 24, nº. 2, jul./dez., 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Librairie Felix Alcan. Travaux L'Année Sociologique, 1935.
- JUCÁ, Luíza e MOULIN, Nilson. *Parindo um Mundo Novo: Janete Capiberibe e as parteiras do Amapá*. São Paulo: Cortêz, 2002.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Trabalhando com Parteiras Tradicionais: a experiência do Ministério da Saúde no período de 2000-2005*. Brasília, 2006.
- NOGUEIRA, Adriana Tanese. *O parto: encontro com o sagrado. Texto Contexto Enfermagem*. Florianópolis, 15 (1): 122-30, 2006.
- NICKERT, Mark e VUCKOVIC, Nancy. *Agenda for na anthropology of pharmaceutic practice. Social Sciences & Medicine*, 39(11), p. 1509-1525, 1994.
- ODENT, Michel. *O renascimento do parto*. Florianópolis: Saint Germain, 2002.
- PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- TILLICH P. *A coragem de ser*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.